

Nota de imprensa

CDS-PP considera que Plano e Orçamento para 2024 devem ser aprovados com urgência de modo a dar respostas aos açorianos

A líder parlamentar do CDS-PP/Açores, deputada Catarina Cabeceiras, afirmou nesta quarta-feira que “este é o tempo de acompanhar de forma responsável a situação no Hospital do Divino Espírito Santo (...) e não o tempo de procurar protagonismos políticos”.

Catarina Cabeceiras falava na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares conjuntas dos deputados do PSD, do CDS-PP e do PPM, que se encontram reunidos em Ponta Delgada para preparar o debate do Plano Anual de Investimentos e do Orçamento Regional para 2024, bem como das Orientações de Médio Prazo 2024-2028, que terá lugar na próxima semana na Assembleia Legislativa Regional.

Segundo revelou a deputada, as bancadas parlamentares da Coligação estão “a trabalhar com o Governo Regional” naquilo que entendem que deve ser “uma resposta a esta emergência”, focados “quer nos utentes em primeiro lugar, quer nos profissionais de saúde”.

“Deve haver solidariedade da parte de todos nesta emergência a que todos temos de acudir”, defendeu a líder parlamentar do CDS-PP, salientando que se trata do “maior hospital da Região, que dá resposta a muitos açorianos”.

Foi esse “sentido de responsabilidade”, lembrou, que “o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores assumiu sempre que estiveram em causa situações de calamidade”, e deixou uma palavra de reconhecimento “a todos os que combateram o incêndio”, bem como “a todos os intervenientes” empenhados na solução.

Quanto ao Plano e Orçamento para 2024 na sua generalidade, Catarina Cabeceiras considera serem “documentos de continuidade da política deste Governo nas respostas a nível social, às famílias e às empresas”.

Foi dado destaque à “valorização das carreiras profissionais, designadamente na administração pública e na saúde” e à “regularização extraordinária de contratos celebrados no âmbito da pandemia da doença COVID-19”, medidas que, aliás, já estavam na sua maioria previstas no Orçamento que acabou por ser chumbado em novembro de 2023.

“Temos de ter profissionais motivados nas diversas áreas”, afirmou Catarina Cabeceiras, que considera ser este fator decisivo “para que tenhamos cada vez uma maior resposta”.

“A verdade é que havia muitas reivindicações [dos profissionais] que se arrastavam ao longo dos anos. Foi este Governo que as implementou, e há essa continuidade” de políticas nos documentos provisionais que o Parlamento açoriano discutirá na próxima semana.

“Queremos acreditar que tudo irá correr pelo melhor e teremos um Plano e Orçamento aprovado”, venceu a líder parlamentar do CDS-PP.

“Por mais que a oposição venha dizer que estamos sempre a referir o mesmo, é impossível para qualquer deputado - com as responsabilidades que temos nas decisões para a vida das pessoas – esquecer que são as pessoas que estão a ser prejudicadas com o chumbo do Plano e Orçamento que ocorreu em novembro do ano passado”, acrescentou Catarina Cabeceiras, referindo que “o Plano e Orçamento a votar para a semana apenas servirá para seis meses”, pese embora “o XIV Governo Regional tenha agilizado, tão rápido quanto possível, a preparação destes documentos logo a seguir às eleições”.

Ponta Delgada, 15 de maio de 2024